

RELAÇÕES RURAIS-URBANAS: AS PESQUISAS EM GEOGRAFIA E AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA RURAL.¹

Fernando Goulart Rocha – UFSC/IF-SC
Clécio Azevedo da Silva - UFSC

Estudos voltados à compreensão das relações rurais-urbanas têm recentemente merecido atenção da Geografia Rural, sobretudo no que diz respeito as novas configurações espaciais e a adoção de categorias propriamente geográficas capazes de explicá-las. Na Geografia Rural brasileira, a procura pela construção de um quadro teórico de explicação das relações rurais-urbanas vem se apresentando profícuo, o que demonstra novos rumos da disciplina que, por certo tempo, manteve-se restrita a uma Geografia preocupada eminentemente com os estudos agrários. Evidentemente que no Brasil, a emergência de estudos das relações rurais-urbanas no interior da Geografia Rural não é significado da superação dos problemas instalados historicamente no campo. Tais problemas, como se sabe, estão via de regra atrelados à concentração fundiária e às formas privilegiadas e indevidas de posse da terra, que persistem no território desde a Colônia. Dessa maneira, o que se tem atualmente é um aprofundamento das condições de desigualdade social à medida que o espaço rural é cada vez mais tomado por atores de capital privado que redefinem, a partir dos novos usos da terra, o conteúdo das formas e funções espaciais, bem como as relações de trabalho no campo.

Diante o referido cenário, a Geografia Rural dedicada aos problemas agrários, como disciplina combatente aos desmandos políticos sobre o espaço rural, teve-se imbuída de questionar tais desigualdades, envolvendo-se e por vezes lutando junto aos movimentos sociais, que visam a transformar as estruturas e relações de poder pré-estabelecidas. Ao mesmo tempo, percebe-se, em razão da própria dinâmica do capital, pela maneira como se instala e as transformações que produz, a complexificação das configurações e relações espaciais, o que requer, nesse momento, aproximações teóricas ainda mais sofisticadas para apreensão de como insere e articula-se o espaço rural no contexto da expansão do meio técnico-científico-informacional pelo território.

A literatura acadêmica contemporânea sobre o rural demonstra o esforço dos pesquisadores em abarcar as transformações do respectivo espaço, utilizando-se de diferentes conceitos e categorias de análise. Nesse sentido se, por um lado, despontam os estudos voltados a compreensão das mudanças a partir da assimilação de “novos” usos do espaço rural, da especialização de formas e funções espaciais, ocorre também de procurar percebê-las em função das interferências sociais, considerando categorias subjetivas, como a cosmovisão do homem do campo e a maneira como constrói a identidade rural. Ambas as formulações teóricas não são excludentes, pois, de fato, a análise das transformações do espaço depende da análise simultânea e correspondente entre as novas formas colocadas e suas implicações na dimensão de vida da população rural.

De todo modo é inequívoco notar que a utilização de conceitos e categorias revisitadas para análise do rural é sintoma dos complicadores novos que se colocam no referido espaço, os quais exigem dos estudiosos interpretações e referenciais distintos para qualificá-los. Para tanto, entre

¹ Eixo Temático: (1) Respostas teórico-metodológicas da Geografia perante as recentes espacialidades.
(2) Problemática dos espaços agrários.

os cientistas sociais que partilham da tarefa de desvelar o sentido atual do fenômeno rural junto aos geógrafos estão, entre outros, economistas, historiadores e sociólogos rurais. Nesse sentido, no bojo das problemáticas que se fazem presente no espaço rural, a Geografia Rural tem procurado se aliar às demais disciplinas a fim de construir um referencial próprio e que permita explicar, de maneira satisfatória, o sentido e a “natureza” das relações rurais-urbanas. Diante tal contexto, o presente artigo procura expor a trajetória teórica dos estudos rurais-urbanos na Sociologia Rural a fim de que se possa refletir de que modo as contribuições dessa disciplina se inserem atualmente na produção geográfica sobre o tema. Essa tarefa, a nosso ver, coloca-se como imprescindível para o avanço epistemológico nos debates de cunho geográfico sobre as interferências espaciais dos novos conteúdos do campo e da cidade, e de suas relações, pelo território. Por outro lado, visa a oferecer crédito aos autores dedicados às idéias sobre as articulações entre o mundo rural e urbano no desenvolvimento das ciências sociais.

1. As idéias fundadoras

Foi provavelmente a Sociologia Rural que inaugurou no século passado uma reflexão mais cuidadosa das relações rurais-urbanas. Para tanto, uma das preocupações dessa ciência foi a compilação de categorias que pudessem qualificar e compreender a essência dos espaços rurais, em contrapartida com as lógicas da sociedade urbana. Na Sociologia voltada aos estudos do mundo rural tais categorias receberam, entretanto, diferentes tratamentos e abordagens, sendo que, no desenvolvimento dessa ciência, podem-se distinguir pelo menos duas tendências: a francesa e a norte-americana. A primeira orientada, grosso modo, aos problemas do desenvolvimento ou à Sociologia Agrária, às atitudes e comportamento da população rural face ao progresso, às relações comunitárias de vizinhança, de solidariedade e de cooperação, ao associativismo rural e aos estudos sobre os objetivos do planejamento local/regional. A segunda, a norte-americana, voltada à definição e explicação do mundo rural a partir de suas especificidades sociais, demográficas e produtivas, ao estudo da comunidade, da extensão e difusão de práticas agrícolas, da avaliação de programas governamentais de saúde, da previdência social rural, e assim por diante.

Nos Estados Unidos, a trajetória acadêmica da Sociologia Rural foi contemporânea ao momento de intenso vigor dos estudos em Ecologia Urbana, capitaneados pela “Escola de Chicago”. Em razão disso, tornou-se evidente a influência dos conceitos e métodos elaborados por essa escola no interior da Sociologia dedicada à compreensão do rural. Sem dúvidas, a projeção dos princípios norteadores das pesquisas sobre os problemas urbanos, que renomou vários dos estudiosos de Chicago (P. Park, E. Burgess, L. Wirth, entre outros), contribuiu para o surgimento de uma vertente dos estudos rurais que os espelhassem. Nesse sentido, pode-se dizer que alguns sociólogos apegados aos referenciais da ecologia urbana, mas preocupados com a sociedade rural da época, foram os responsáveis por inaugurar a Sociologia Rural norte-americana, muito ligada em seu “nascimento”, pelo contexto em que surge, às bases científicas dos estudos urbanos.

Apesar disso, não se descarta que, desde seu início, houve a preocupação particular da Sociologia Rural em delinear sua *episteme*, o campo teórico-metodológico de sua reflexão acadêmica. Considerando tal relação, a emergência de um corpo de estudos sobre a sociedade agrária sustentou para alguns sociólogos a definição da Sociologia Rural como parte da

Sociologia Geral e do seu objeto de estudo, definida por Smith (1947 *apud* RIOS, 1979), como “o gênero sistematizado de conhecimentos que resultam da aplicação do método científico ao estudo da sociedade rural, de sua organização e de seus processos”. Para Larson (1968), “a preocupação central no estudo sociológico da sociedade rural era a de sua organização social – os sistemas sociais ou subsistemas e suas interrelações dentro da sociedade rural, com a sociedade urbana e a sociedade global”.

A necessidade de uma epistemologia para os estudos rurais era emergente porque enquanto a ecologia urbana já havia delimitado a cidade e o modo de vida da população urbana como seus objetos de estudo, o mesmo não acontecia com a Sociologia dedicada às investigações do mundo rural. Nesse sentido, por mais incontestável que possa parecer a idéia do rural como formação social e espacial, a referida noção se colocava, em termos teóricos, como argumento insuficiente para o desenvolvimento de um ramo específico da Sociologia voltado a sistematizar e compor um corpo da disciplina dedicado ao seu estudo. Conforme Rios (1979), a Sociologia Rural não se fundou como especialização da Sociologia Geral pelo simples fato de haver uma população que vive numa área de características ecológicas e geográficas distintas da cidade. Mas, pela existência de fenômenos e processos sociais específicos na vida rural, além da agricultura, que se constitui no objeto próprio da disciplina: o tipo de povoamento, a natureza dos títulos de propriedade e demarcação da terra, os sistemas agrícolas e toda a série de traços culturais ligados à propriedade e ao trabalho agrícola os quais se atribui o adjetivo agrário (RIOS, 1979; SMITH, 1947).

Quanto a questão, importa notar que mesmo nos Estados Unidos, onde desde o século XIX a pesquisa agrícola foi institucionalizada e medidas governamentais dirigidas à modernização do campo foram correntes, o convencimento de que o mundo rural deveria ser tomado mediante referenciais próprios, diferentes dos adotados nos estudos urbanos, não se deu espontaneamente. Segundo Youngblood (1949), entre as dificuldades em defesa de um campo específico de pesquisa sociológica sobre o rural estava, primeiramente, o convencimento de que esse ramo das ciências sociais preocupava-se com um objeto de estudo à parte. Conforme o autor, tratava-se de mostrar que a Sociologia Rural ao mesmo tempo em que não se confundia com as ciências naturais, também não se encontrava plenamente resguardada pelas formulações teóricas dos demais domínios da Sociologia.

A problemática exposta serviu a sustentar as propostas de demarcação da Sociologia Rural como parte da Sociologia Geral e do seu objeto de estudo, as quais segundo Solari (1971, p.4), puderam ser classificadas em três grupos.

Em primeiro lugar se encontram as definições que vinculam a Sociologia Rural à Sociologia Geral, e que lhe atribuem o mesmo objeto que àquela, circunscrito, todavia, a um meio especial: o rural. Em segundo lugar estão as definições que vinculam a Sociologia Rural à política ou à reforma social [...]. Em terceiro lugar as definições que procuram unir os dois critérios anteriores.

Na perspectiva de Solari (1971), conforme Martins (1986, p.24), “a Sociologia regional estava então orientada em duas direções: a Sociologia Rural e a urbana, sendo que o desenvolvimento da Sociologia, naquele momento, estava vinculado à mudança social e a uma situação de crise”, sendo que a crise teria duas dimensões. De um lado, a migração do campo

para a cidade. De outro, a invasão do campo pela cidade, que conduzia à urbanização do meio rural.

Como se pode notar, fato curioso é que o surgimento da Sociologia Rural norte-americana como disciplina acadêmica aconteceu no contexto de crise, caracterizada pelo despovoamento do campo em razão da migração para as cidades e a urbanização das áreas rurais. De acordo com Rios (op.cit), tal despovoamento remeteu a uma série de preocupação filosóficas e humanísticas, pois era impossível ignorar os fatores sociais que atingiam em cheio as instituições rurais, especialmente escolas e igrejas. Diante a avaliar as causas e conseqüências dos elementos de crise, partiu de ministros de várias religiões o movimento que visava ao estabelecimento de cursos sobre os problemas sociológicos rurais em várias universidades. Portanto, “é bem característico que o mundo rural entrou na área das preocupações científicas, primeiro como um problema (RIOS, *id.*, p.90)”.

A crise da sociedade agrária evidencia de que modo as novas configurações espaciais, trazidas pela urbanização e rebatidas sobre a população residente nas áreas rurais, contribuíram para a reformulação dos paradigmas sobre o mundo rural, no momento em que o surgimento de complicadores novos não permitiam ser explicados pelas proposições teóricas em vigor. Por longo tempo a sociedade rural tinha sido apreendida pelos referenciais da Sociologia Geral, sendo desconsiderada a possibilidade de compreendê-la por meio de referenciais particulares. Em virtude do momento de crise, entretanto, é que pode haver um redirecionamento da reflexão e concepções sobre o rural e, em função disso, no aprofundamento das questões inerentes a sociedade e ao espaço respectivo, tomados através de categorias específicas.

Mediante o referido contexto pode-se compreender o movimento da Sociologia Rural na construção da “identidade” de seu objeto. De início, qualificando e contrapondo o teor de suas preocupações científicas em relação à ecologia e à Sociologia Urbana; mais tarde, procurando colocar-se como um campo de estudos particular da Sociologia Geral dedicado aos problemas da sociedade e das comunidades rurais. A Sociologia Rural tratou, assim, de desencadear um processo contestatório aos referenciais homogêneos, que não davam conta de explicar plenamente o mundo rural e, para tanto, reforçou as proposições que assinalavam as particularidades da organização social rural em relação aos sistemas globais, bem como das diferenças entre o rural e o urbano.

Para tanto, de acordo com Schneider (1997: p. 228), a fim de demarcar as diferenças, “a dicotomia rural *versus* urbano deixou de ser apenas uma área de concentração dos estudos para ser tomada como a própria delimitação do objeto específico da disciplina”. A preocupação sociológica da dicotomia rural-urbana estava alicerçada na compreensão e formulação de uma teoria de explicação do rural a partir do urbano, tendo em vista ressaltar as particularidades que o definissem. Assim, de maneira geral, a definição do rural em contraponto ao urbano proposto pelos sociólogos rurais da época consistia em encaminhamento metodológico similar ao que faziam os sociólogos preocupados em estudar os indivíduos e a vida social nas cidades. Veja-se, nesse sentido, por exemplo, o emprego de metodologias de pesquisas qualitativas comuns fundamentadas na etnometodologia, na pesquisa participante e na história de vida.

A partir de meados da década de 1930, tal similaridade entre os estudos rurais e urbanos possui, porém, a ser questionada por parte dos sociólogos rurais na medida em que não se viam nos temas e abordagens dos trabalhos que vinham sendo realizados pela “Sociologia Rural” diferenças em relação aos estudos realizados pelos pesquisadores das sociedades urbanas, a não ser em função do ambiente empírico ou geográfico (SCHNEIDER, 1997). Dessa maneira, embora houvesse a defesa, para alguns, da Sociologia Rural como parte da Sociologia Geral,

fato é que a ruptura entre a primeira e a segunda foi resultado do “grau” de cientificidade atribuída a cada uma delas. Mais precisamente, de acordo com Schneider (id.), os motivos da separação entre uma e outra foi a postura ateuórica com a qual conviveu a Sociologia Rural americana em seus primeiros tempos, decorrente dos métodos de pesquisa empregados, suas relações com a igreja e o arcabouço conceitual adotado. Nesse momento, conforme Blume (2004), a disciplina estava assentada nos fundamentos mais sólidos do que passaria a ser conhecida como *Rural Sociology*. Essa escola de pensamento sociológico sobre o rural foi marcada, principalmente, pela elaboração de teses que tiveram como perspectiva teórica a obra de Tönnies, privilegiando os estudos da “comunidade”, da problemática social e das condições de vida da população rural na Sociologia norte-americana².

Evidentemente que haviam razões claras para esse direcionamento. A proposta de uma dicotomia rural-urbana era amplamente difundida pelos estudos de Tönnies, o qual apontava para a identificação da organização social rural a fim de distinguir essa comunidade como realidade específica e independente em contraposição à sociedade urbana. Para Tönnies, a comunidade rural poderia ser identificada por características como a coesão emocional, a profundidade, a continuidade e o conservadorismo. De outro modo, a sociedade urbana era reconhecida pelo individualismo, pelo racionalismo e pelas idéias contratualistas. Dessa forma, ao longo dessa polarização, surgia a idéia de um *continuum* entre o estágio comunitário (propriamente rural) e o societário (propriamente urbano), segundo a continuidade e intensidade das relações que se estendem entre os dois pólos (NEWBY, 1983).

Mais tarde, o artigo clássico de Sorokin *et al.* (1929 *apud* MARTINS, 1986) intitulando “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano” apresentou uma outra concepção, baseada não na idéia de um *continuum*, mas na contraposição objetiva rural-urbana. No referido trabalho, a compreensão das diferenças entre o rural e urbano foi analisada pelos autores segundo a identificação das “características diferenciais e definições ‘compostas’ do mundo rural e do mundo urbano”. Os “traços típicos” compreendiam esforços em distinguir o rural do urbano através de características próprias de tais áreas: as diferenças ocupacionais e ambientais presentes no campo e na cidade; o tamanho das comunidades; a diferença em termos de densidade populacional; a heterogeneidade das populações; as particularidades na estratificação e complexidade social; os fatores responsáveis pela mobilidade populacional e a direção da migração, bem como as formas específicas de integração social.

A respeito do conteúdo das citadas características, os autores apontaram para a definição da sociedade rural como “composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola, [sendo] o principal critério para a definição da população rural a ocupacional: a coleta e o cultivo de plantas e animais (SOROKIN *et al.*, id., p. 200)”. Dada essas condições ocupacionais, decorrem as diferenças ambientais, haja vista que “o caráter da ocupação agrícola faz com que os agricultores trabalhem mais ao ar livre do que o fazem os trabalhadores na maioria das ocupações urbanas (SOROKIN *et al.*, *ibid*)”.

Além disso, sobre essa sociedade rural, dedicada às atividades agrícolas por excelência, percebiam-se as dificuldades de “concentração dos agricultores em grandes comunidades com muitos milhares de habitantes (...). [Portanto], a terceira característica dos aglomerados rurais em contraste com os grupos não-rurais é o tamanho menor dos primeiros em comparação com os

² Os estudos sobre a comunidade (“community studies”) tiveram singular importância na primeira fase da sociologia rural norte-americana, sendo metodologicamente marcados pela descrição empírica, pesquisa qualitativa e aplicação de “surveys”. Destaca-se ainda a presença de membros do clero no escopo de pesquisadores ligados aos estudos rurais. Sobre o tema, consultar Schneider (1997).

últimos (SOROKIN *et al*, *ibid.*, p.203)”. Dessa condição, acontece que “como uma regra geral, as comunidades de agricultores têm uma densidade populacional mais baixa do que as comunidades urbanas (SOROKIN, *et al*, *ibid*: p. 203)”.

Ainda de acordo com os autores, as comunidades rurais apresentavam-se mais homogêneas, ou seja, sua população particularizava-se pela “similaridade de características psicossociais adquiridas, tais como a linguagem, as crenças, as opiniões, as tradições, os padrões de comportamento, etc” (...). Em todos os aspectos, a cidade é uma co-residência dos tipos de personalidade humana as mais heterogêneas e contrastantes, enquanto a comunidade do campo contém tipos mais “nivelados”, homogêneos e uniformes (SOROKIN *et al.*, *ibid*). A partir dessa condição contrastante, os aglomerados urbanos são assim marcados “por uma complexidade maior, manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social. A cidade representa um corpo social composto de partes mais numerosas e dessemelhantes, com funções especializadas, e sua estrutura é muito mais diferenciada e estratificada do que o corpo e a estrutura de um aglomerado rural (SOROKIN *et al*, *idem*: p. 205)”.

Convém dessa forma observar que, diferente de Tönnies, as contribuições de Sorokin *et al* (*ibid*), no reconhecimento das “características diferenciais do mundo rural e do urbano” significavam perceber campo e cidade por meio de conteúdos sociais e fronteiras bem definidas. Note-se assim que para os autores citados, a justificativa para esse fato é a de que a essência do rural e do urbano somente poderiam ser analisadas distintamente, tendo em vista uma lógica social absolutamente independente entre si. Assim como Tönnies, apesar de não negarem a existência de um *continuum* rural-urbano, o rural descrito por Sorokin *et al.* (*ibid*) aparece justamente como o da contradição (compreendida como polarização), em que os indivíduos das áreas rurais preservam características socialmente diferenciadas das encontradas no “meio urbano”.

Smith (1947 *apud* RIOS, 1979), todavia, criticou a noção de polarização rural-urbana quando pretendeu evocar o sentido restrito da dicotomia. Para o autor,

(...) a sociedade não se encontra dividida em duas porções claramente diferenciadas, uma urbana e outra rural [...] desde o ponto de vista do tamanho da comunidade, da importância relativa das atividades agrícolas e pastoris, do grau de diferenciação social ou de qualquer outro dos demais critérios que podem usar-se para distinguir entre o rural e o urbano, as características rurais diminuem ou aumentam as urbanas.

Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato da existência de um *continuum* não apenas social, mas também espacial, aproximando sob uma lógica recíproca os espaços rurais e urbanos e não necessariamente a extrema dicotomia *stricto sensu*. Para Smith (1947), a polarização apresenta as diferenças rurais-urbanas como extremos de uma escala polar, desconsiderando os subespaços fronteiraços. Contudo, “[...] não existe um grau definitivo de urbanização ou de ruralização, e sim um fluxo de características em que o rural e o urbano em vez de constituírem simples partes de uma dicotomia, tendem a situar-se ao longo de uma escala [...]”. (SMITH, 1947 *apud* RIOS, 1979: p.87)”.

A partir das concepções adotadas, observa-se que o postulado das diferenças sintetiza o posicionamento da Sociologia Rural norte-americana na primeira metade do século XX, contexto em que a noção de polarização surge a fim de categorizar as comunidades rurais e urbanas como formações sociais específicas. Posteriormente, como fundamento prático, tal postulado se constituiu com um dos pilares da ação extensionista nas áreas rurais, na medida em

que se prestou à composição de um panorama sobre o homem e a dimensão de vida das populações rurais servindo, inclusive, ao planejamento e a elaboração de políticas de introdução das novas tecnologias no campo.

Nessa direção, segundo Henri Mendras (*apud* QUEIROZ, 1969:p.07), o caráter pragmático da Sociologia Rural de vertente norte-americana teve êxito porque para seus autores

(...) rural e urbano são domínios perfeitamente distintos e definidos, estando o meio rural em processo de transformação expressa na adoção cada vez maior de modernas técnicas de trabalho, expressa na mecanização da lavoura e numa especialização cada vez maior do trabalho.

Para se compreender a colocação de Mendras, faz-se necessário ter em vista o advento da urbanização e as transformações sociais e econômicas dela decorrentes, que contribuíram no deslocamento da atenção nos estudos das relações rurais-urbanas para as mudanças nas formas de trabalho que se processavam no campo. Como consequência, entre as décadas de 1940 e 1960, a Sociologia Rural norte-americana passou a ocupar-se da elaboração de estudos sobre a difusão/inação das novas tecnologias de produção, e os impactos psicocomportamentais das referidas tecnologias na vida dos agricultores. Dentre as finalidades de tais estudos estavam aperfeiçoar os métodos de intervenção sobre a população rural com base nas pesquisas sobre o comportamento humano. Através da intervenção, o sociólogo rural pôde demonstrar a dimensão aplicativa do seu trabalho em campo - requisito essencial para a ciência norte-americana - utilizando-se, para isso, o Serviço Nacional de Extensão Rural (YOUNGBLOOD, 1949).

No bojo desse processo, ressaltou-se o papel da intervenção do sociólogo extensionista rural em campo, o qual foi incumbido de disseminar entre os agricultores as mudanças tecnológicas que se processavam através das descobertas agrônômicas. Para tanto, o adequado funcionamento do Serviço de Extensão encaminhado pelos sociólogos rurais “possibilitaria revelar aos agricultores elementos culturais superiores, ou elementos complexos, capazes de estabelecer as condições ideais para as mudanças (YOUNGBLOOD, *id.*, p.87). Por conseguinte, segundo Schneider (*op.cit.*), a dicotomia rural *versus* urbano foi substituída, nesse período, por um novo corpo de pesquisas que procurava compreender de que forma os agricultores respondiam aos estímulos da introdução de novas técnicas de produção agrícola, na perspectiva do “social psychological-behaviorist approach”, também conhecido como difusionismo (“diffusion/adoption research”).

De acordo com Rios (1979), depois de 1945 verifica-se um deslocamento de interesses e as investigações sobre a comunidade cedem lugar a preocupações com a organização social rural, sobretudo a vizinhança, população, estratificação social, relações entre o homem e a terra, participação e mudança social. Quanto aos novos campos de estudo que se abrem, “os principais versa[vam] aspectos de saúde e serviços médicos, difusão de técnicas agrícolas, envelhecimento e aposentadoria, suburbanização e a sociedade rural em outros países (RIOS, *id.*, p.95).”

Uma crítica que se faz aos sociólogos rurais americanos desse período, entretanto, é a de que, apesar de sua dedicação aos trabalhos de campo e das investigações sobre as condições de vida da população rural, poucos foram os que tomaram os agricultores como classe social diferenciada. Ou seja, os sociólogos rurais da época reforçaram a idéia de tomar os agricultores como um conjunto indiscriminado, desconsiderando as especificidades culturais dos grupos e supondo que a substituição nas formas de trabalho no campo poderia ocorrer com efeito equivalente em todos os lugares e situações.

Sobre a mencionada questão, esclareceu a professora Maria Isaura Pereira de Queiróz,

o pressuposto de base do sociólogo rural norte-americano, em todo o seu trabalho, é a igualdade fundamental do homem, em todos os lugares e regiões; psicologicamente idênticos, os indivíduos se comportam sempre movidos pela mesma ambição, pelos mesmos desejos, pelas mesmas aspirações (QUEIRÓZ, 1969: p. 17).

Em decorrência de tais pressupostos, os direcionamentos dado pelos sociólogos rurais norte-americanos às suas pesquisas empíricas passaram a receber críticas pela maneira como estavam sendo encaminhadas. As críticas, conforme Schneider (op.cit., p. 234), seguiam três direções principais:

a) a falta de um objeto de análise e de conteúdo heurístico de categorias teóricas fundamentais; b) o caráter exclusivamente institucionalizado da pesquisa em Sociologia Rural, feita no interior dos “Land Grant Colleges”; c) as discussões em torno da especificidade do rural em face das transformações sociais e econômicas sofridas no pós-Guerra.

O sentido das críticas feitas ao difusionismo apresentava como pano de fundo a revisão conceitual do “rural” como categoria analítica, a delimitação do objeto da disciplina e a necessidade de uma teoria que relacionasse o meio social com o território. O contexto para as críticas parece claro. Para alguns, a industrialização junto à urbanização havia tornado inoperante tanto as práticas “extensionistas”, próprias dos difusionistas, quanto a identificação de diferenças do “mundo rural e urbano”, devido a acentuação da divisão do trabalho e a consequente tendência à convergência da base ocupacional, tanto no campo quanto nas cidades. Desse modo,

(...) alguns sociólogos como Pahl (1966) passaram a questionar a manutenção dos conceitos de rural e urbano como noções descritivas. [...]. Numa situação em que não há mais especificidades ou diferenças espaciais e ocupacionais entre o rural o urbano, qual seria o sentido de uma Sociologia específica do rural? (SCHNEIDER, op.cit., p.237).

De fato, a noção de convergência da base ocupacional, embasada nas condições de aparelhamento do trabalho na agricultura e o afinamento das trocas entre os espaços rurais e urbanos, apresentava-se para alguns sociólogos rurais como problema prático que demandava reconsiderar o sentido oferecido até então aos conceitos de rural e urbano. Entretanto, os próprios críticos não puderam prever que a convergência da base ocupacional ocorreria apenas em tese, haja vista que o acirramento da divisão territorial do trabalho mostrou-se capaz de demarcar de maneira inexorável o papel dos espaços rural e urbano no desenvolvimento das economias capitalistas. No referido processo, mesmo considerando a urbanização junto a industrialização do território e a articulação dos espaços rurais e urbanos na reprodução de um modelo econômico-social fundado na unidade, cada um deles, campo e cidade, operam e devem ser apreendidos a partir de bases teóricas diferenciadas.

Dessa maneira, a convergência ocupacional é somente possível, se analisada sob o ponto de vista da reprodução do capital, na medida em que entrelaça os processos e torna mais robusta a geração da mais-valia. Desse modo, a convergência da base ocupacional compreende a materialidade do modo de acumulação vigente quando se percebe que, para além de uma

generalização sobre as tarefas prevalece a especialização produtiva, responsável em articular e aprofundar as diferenças entre o trabalho no campo daquele realizado pela cidade.

A noção de convergência da base ocupacional embasou novas perspectivas teóricas entre os adeptos da *Rural Sociology* que, abalados em suas convicções, devido ao “aparecimento de novas perspectivas teóricas de abordagem dos fenômenos rurais-agrírios (SCHNEIDER, id., p. 238)”, buscou um refinamento em sua postura científica e metodológica. Pode-se dizer que a crise da Sociologia Rural nesse momento foi contemporânea ao fortalecimento dos estudos sobre o espaço agrário e as consequências da revolução agrícola a partir das mudanças nos padrões de acumulação capitalista nas décadas de 60 e 70, sendo que as alterações decorrentes da reestruturação produtiva na agricultura, preocupação especial da Sociologia Rural de tendência francesa, levaram à emergência de uma Sociologia da agricultura, preocupada, fundamentalmente, com a análise das relações sociais de produção no campo (SCHNEIDER, *ibid.*).

1.1. A perspectiva européia.

De acordo com Rios (op.cit.), ao contrário da americana, a Sociologia Rural européia procurou escapar da condição de tornar-se uma mera Sociologia da agricultura. Para tanto, os sociólogos europeus

logo sentiram a necessidade de vincular o estudo da vida rural a uma visão global de suas respectivas sociedades; e por outro lado de enriquecê-la com a contribuição de outras ciências sociais, como a Economia Agrária, o direito, a geografia, a psicologia, a demografia e a etnologia. É preciso frisar que os primeiros estudos rurais interdisciplinares foram europeus (RIOS, op.cit., p.96).

Além disso, Jollivet (1998) ponderou que a Sociologia Rural européia, a francesa em particular, definiu-se pelo seu objeto, pelo seu campo de aplicação, e não por uma teoria ou escola de pensamento particular. Portanto, para o autor, a demarcação das preocupações da Sociologia Rural deu-se principalmente pelo seu campo de ação e menos por estabelecer proposições teóricas originais. Dessa maneira, para tratar de seu objeto de estudo o sociólogo rural se interessa por um conjunto de aspectos da vida social que engloba especialidades da Sociologia, como a Sociologia política, da família, das religiões, etc.

Em relação ao contato rural-urbano, a obra de Aldo Solari, do início da década de 70, contextualiza a nova postura, avançando sobre as teses de Sorokin *et al.* (1929 *apud* Martins, 1986), e propondo um corte vertical entre tais propostas, advertindo que uma ou outra – a dicotomia ou o *continuum* rural-urbano- somente se sustentam para uma estrutura sócio-cultural determinada, “dependendo do estágio de desenvolvimento industrial e de urbanização da sociedade que, quanto maior, tanto são as mudanças sobre o modo de vida rural (SOLARI, op.cit., p. 85)”.

Solari esclareceu, nesse sentido, que o fenômeno de “fuga” dos habitantes do centro da cidade para a franja urbana em alguns “países desenvolvidos” aproximava essa população do

“meio rural”; de outra forma acontecia também o uso das áreas rurais como espaço de lazer. Assim, o estágio diferenciado do grau de urbanização refletia diretamente na aproximação e validade teórica dos critérios da dicotomia rural-urbana, isso porque quando a urbanização se dá lentamente, a polarização entre as comunidades rurais e urbanas são mais nítidas, respaldando o proposto por Sorokin *et al* (op. cit.) Por outro lado, “em se tratando de sociedades de urbanização acelerada, em que é mais nítido o avanço da cidade sobre o campo, o *continnum* rural-urbano se apresenta com maior clareza (SOLARI, op. cit.)”.

Portanto, o *continnum* a que se refere o autor evoca certa transitoriedade espacial entre a paisagem rural e urbana. A resignificação do conceito de rural tem, por sua vez, forte inclinação territorial e está colocada a fim de se perceber um escalonamento da urbanização entre as áreas urbanas e rurais. Daí se entende que, para o autor, há situações requerentes do uso de escalas multidimensionais, que exigem a combinação de aplicação dos dois critérios (do *continnum* e da polarização rural-urbano), superando em termos metodológicos a velha questão da definição do rural por uma única dimensão. A utilização de escalas multidimensionais deve considerar segundo Solari (op.cit.), as descontinuidades e rupturas do rural e da ruralidade, decorrentes do grau de urbanização e industrialização.

Nessa direção, a conceituação das relações rurais-urbanas proposta por Solari (op.cit.), chama a atenção para o fato de que a existência de um *continnum* entre os referidos espaços é tanto mais evidente em se tratando de países com elevado grau de urbanização e industrialização. Por outro lado, nos demais, onde a população permanece no campo e a urbanização e a industrialização é incipiente, a dicotomia, baseada na conceituação tradicional, provavelmente é a mais adequada para explicar a relações entre campo e cidade. Dessa forma, pondera o autor de que “(...) a idéia do contínuo não deve ser comprada sem reflexão, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países ‘atrasados’, a industrialização da agricultura e as outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e o urbano ainda não se constituíram (SIQUEIRA, et. al., 2001, p.75).”

Diante dessa inflexão, o corte longitudinal proposto por Solari (*id.*) consiste em dizer que a existência de um contínuo não impede a presença de descontinuidades dentro do rural e do urbano. A proposição levantada aponta para a adoção de um critério que possa abarcar as duas propostas anteriores, uma vez que considera, finalmente, um *continnum* - descontínuo rural-urbano. Sobre tal idéia, a de um gradiente rural-urbano e a recusa da delimitação de fronteiras fixas entre os referidos espaços, vale a pena contextualizar a influência teórica da Sociologia Rural de tendência francesa a qual entendia, de acordo com Mendras (1969: p. 41), que

(...) a passagem do ‘meio’ rural ao meio urbano faz-se insensivelmente numa zona marginal que se desloca continuamente. Convirá então, para cada região, estudar *in situ* esse fenômeno e nós veremos que os critérios de análise e os tipos intermediários não estão ainda definidos de maneira satisfatória.

De acordo com Queiróz (op.cit.: p. 07), a tendência francesa se norteou, dessa maneira, por “indagações do tipo teórico; abordando os problemas da Sociologia Rural numa perspectiva global, através de uma grande e constante indagação do que é urbano”. Portanto que, a Sociologia Rural nesse país se estabeleceu sobre a caracterização da sociedade camponesa, tomando-a como sendo seu objeto de estudo por excelência, ao passo que, longe de ser uma disciplina isolada – como pretendeu ser a norte-americana – esteve atrelada à Sociologia Urbana e à Sociologia Geral. Além disso, afastada do pragmatismo científico, postura comum entre os

colegas estadunidenses, os sociólogos rurais franceses aprofundaram a definição da Sociologia Rural partindo de categorias históricas e antropológicas a fim de contestar a perspectiva de homogeneização das sociedades rurais e urbanas.

Nesses termos, segundo Queiróz (op.cit.), a relação rural-urbana como problema da Sociologia Rural não está assentado na perspectiva habitual de duas realidades paralelas, embora interligadas, formando duas sociedades globais fundamentalmente diferentes. Ao contrário, o rural deve ser estudado em complementaridade ao urbano, como parte de um conjunto social mais amplo. Do mesmo modo,

toda Sociologia Urbana não pode deixar de englobar também o aspecto rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com estas relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele, conforme o caso. (QUEIROZ, *id.*, p.51).

Na direção dos estudos da Sociologia Rural de origem francesa, tomado pelas circunstâncias que levaram ao questionamento sobre a tendência homogeneizante dos grupos rurais, Solari (op.cit.) apontou para uma terceira via para a apreensão das interações entre as áreas rurais e urbanas, propondo a perspectiva de um gradiente contínuo/descontínuo rural-urbano. José de Souza Martins (1986: p. 28) refere-se literalmente à proposição de Solari entre as demais vias de explicação das relações rurais-urbanas da seguinte forma:

A primeira, de Sorokin e Zimmermann, que se apóia na contraposição de rural e urbano - dos meios sociais qualitativamente distintos. A que se apóia no contínuo rural/urbano, mas que ainda aí retém de qualquer maneira a polarização rural/urbano (como extremos na definição e estabelecimento do contínuo). E a do próprio Solari que, incorporando a idéia do contínuo rural/urbano e, conseqüentemente, a da polarização rural/urbano, tenta atravessar verticalmente o contínuo para reter a descontinuidade, introduzindo uma nova e complicada polarização na polarização (contínuo) rural/urbano, uma vez que se trata, agora, de um contínuo descontínuo rural/urbano. Nesse caso, a descontinuidade é gerada na continuidade (inverso do primeiro momento).

As três vias apresentadas são de enorme importância para que se entenda de que modo foram apropriadas e se mantêm atualmente em uso pelas ciências sociais na tentativa de explicação das relações rurais-urbanas, apesar de se reconhecer de que esse debate, hoje, se encontra revestido de novas complexidades.

Em relação ao caso brasileiro, por exemplo, é preciso lembrar que, entre os trabalhos que tratamos, apenas o de Solari (op.cit.), referiu-se de algum modo aos estudos rurais-urbanos nos países latino-americanos. O estudo, todavia, acabou não esclarecendo adequadamente os efeitos da industrialização articulada à urbanização do território sobre as áreas rurais de alguns países desse bloco, entre eles o Brasil, que aceleradamente percebeu a alteração das relações entre campo e cidade, devido ao processo de urbanização a partir da segunda metade do século passado. Para Solari (*id.*), o processo de urbanização é o elemento central na desestabilização das concepções rurais-urbanas clássicas, baseadas em critérios dicotômicos e, nessa direção, a idéia de *continuum* conceitua com mais precisão a realidade.

Nesse sentido, nas áreas rurais, entre as conseqüências das alterações trazidas pela acelerada urbanização do território brasileiro houve o despontar de novas relações de trabalho e

formas de produção agrícola, o aumento do trabalho temporário no campo, a ampliação nas formas de integração entre pequenos produtores e agroindústrias, a formação de cooperativas e empresas rurais, bem como a conseqüente migração rural-urbana, advinda da necessidade de crescimento da mão-de-obra na cidade com o intuito de controlar o nível médio de salários (GRAZIANO DA SILVA, 1992).

Apesar do contexto de reconfiguração das relações entre cidade e campo, a evidência a partir da segunda metade da década de oitenta de uma produção acadêmica marcada pela fragmentação e dificuldades, não favoreceu a concepção de novos conceitos-sínteses sobre o rural. No Brasil, a reorientação dos estudos, fundamentalmente dirigidos à realidade de processos e movimentos sociais (Sem-Terras, barrageiros, assentados), deflagrou um novo foco de atuação dos cientistas sociais que tinham no espaço rural seu campo de investigação (PORTO, et.al., 1997). A reorientação temática deu-se associada à reorientação teórica, e como nas demais áreas das ciências humanas, presenciou-se o fortalecimento do marxismo e do materialismo-histórico e dialético como principais fontes para explicação dos contrastes sociais no terceiro mundo. A ruptura teórica com as categorias descritivas, pragmáticas e ansiosas por modelos que permitissem entender o mundo rural de maneira generalizada, cedeu lugar a uma nova postura acadêmica. A reflexão do cientista social nas diferentes esferas do conhecimento (geógrafos, economistas, sociológicos, etc.), concentrou esforços em denunciar as conseqüências do processo de intensificação do domínio do capital sobre os trabalhadores de forma geral, e dos agricultores em particular. De maneira geral, a partir da referida década, acentuaram-se os trabalhos imbuídos com o desenrolar do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e os problemas sociais dele resultantes: a pobreza e o desemprego nas áreas rurais, a acentuação dos conflitos no campo, as condições precárias de sobrevivência do lavrador na propriedade, as relações desarmônicas entre a pequena produção e as empresas integradoras.

Esse novo viés analítico, associado a emergência de um quadro de mudanças socioespaciais, no campo e na cidade, depõe as razões pela ausência, por certo tempo, de novas temáticas, conceitos e categorias, diferentes daqueles que marcaram o papel combativo dos cientistas sociais brasileiros pós anos oitenta. Como revés, não há dúvidas de que o próprio quadro de mudanças socioespaciais foi o responsável em alavancar os complicadores inéditos e a demandar novos recortes investigativos que atingem diversas áreas do conhecimento. Para Porto (op.cit.), entre tais recortes estão questões como a identidade social, cidadania, relações de gênero, violência, e ecologia no meio rural. Diante as novas construções sociais, o espaço também é questionado, porque vem se transformando profundamente, “permitindo-nos olhar o universo do mundo globalizado de maneira privilegiada. Isso porque uma das conseqüências da globalização é o fenômeno da desterritorialização. (Porto, *id.*,p.70)”. Considerando as implicações espaciais frente ao fenômeno da desterritorialização, acrescentam os autores, “como pensar o espaço, categoria tão fundamental até recentemente para se pensar o rural, e mesmo o rural em sua relação, tão habitualmente referida em termos de rural-urbano?”

A fim de apreender o conteúdo das relações rurais-urbanas diante as transformações espaciais vigentes, tem ocorrido o fortalecimento de temas e abordagens que buscam explicar o sentido de tais relações e a forma como acontecem. De antemão, tratam-se de abordagens e tratamentos epistemológicos tomados transversalmente, portanto utilizando-se de categorias e conceitos de diferentes campos disciplinares, os quais objetivam esclarecer os sentidos das formas espaciais, das atividades econômicas, dos trocas materiais, culturais e sociais entre o espaço rural e urbano. Entre os pressupostos dessa nova ordem no nível das relações espaciais, Teixeira et.al. (1997) enfatizam, entre outras, a concepção do espaço rural como espaço

particular de vida social, de identidades e representações específicas; a noção de que o espaço rural é uma forma de organização social, sendo o fato agrícola uma especificidade do rural; de que os limites geográficos entre rural e urbano são cada vez menos nítidos que há meio século e, em decorrência de tal feito, a imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola não mais se aplica. As premissas expostas colocam-se, assim, como capitulares das abordagens oferecidas ao entendimento das relações rurais-urbanas nas circunstâncias atuais de produção do espaço em que “as clivagens que conheceu nossa sociedade no passado hoje não passam mais pela oposição entre cidade e campo. (Teixeira, op.cit. p. 15).”

Considerações Finais

As categorias estabelecidas pela Sociologia Rural são fundamentais na expectativa em situar o debate acerca das relações rurais-urbanas e a maneira como esse objeto têm sido apreendido atualmente pelas ciências sociais. Nesse sentido, o acompanhamento da literatura, por meio de uma breve história do pensamento sociológico sobre o rural no transcurso do século XX permite a composição de um quadro bastante particular de questionamentos, formulações teórico-metodológicas, argumentos e arranjos conceituais, a fim de uma razoável configuração/reconfiguração do mote explicativo das relações entre os referidos espaços.

Evidentemente que se tem ciência de que, por vezes, os pesquisadores em Geografia Rural não demonstram esforços de um “retorno às origens”, o que resulta em refutar proposições teóricas importantes de outras disciplinas e, por vezes, da própria Geografia. Dessa forma, a retomada de estudos clássicos apresentam-se para nós imprescindíveis porque não nos parece conveniente apresentá-los descolados da gênese do debate que o motiva, fundamentalmente a reflexão mais específica sobre o rural no contexto do processo de urbanização e das transformações dela resultantes. Trata-se, assim, de um posicionamento que se julga coerente, tendo em vista oferecer crédito àqueles que estão entre os pioneiros, na tentativa de estabelecer um referencial explicativo das “diferenças” rurais-urbanas.

Nessa direção, o artigo reporta-se ao resgate teórico porque se entende que sua essência é significativa e seu legado caro aos que se aventuram hoje nos estudos rurais-urbanos. Dessa maneira, concorda-se com Blume (op.cit., p. 36), quando afirma que,

Talvez uma primeira observação a ser feita seja a de que, no debate acadêmico, raramente se informa com clareza ao leitor qual a vinculação teórica da reflexão proposta com as vertentes de base [...], sendo ainda mais difícil observar uma preocupação com as implicações epistemológicas e metodológicas que esta utilização impõe.

Portanto, entende-se que é a partir do resgate dos textos clássicos que se torna possível identificar pelo menos três grandes eixos de discussão sobre a essência das relações rurais-urbanas. Como foi anteriormente exposto, se, no passado, segundo Sorokin *et al* (op.cit.), a discussão girava em torno da colocação das diferenças entre o rural e o urbano; enquanto para Smith (op.cit.), tratava-se de analisar o espaço sob o ponto de vista do *continnum* rural-urbano e, para Solari (op.cit.), importava a noção de ruptura – continuidade/descontinuidade campo-cidade - a forma de problematizar o fenômeno coloca-se hoje revestido de novas complexidades.

As complexidades têm como ponto de partida as formas espaciais presentes e herdadas e, fundamentalmente, as transformações conceituais que se processaram sobre os conceitos de rural e urbano. Notadamente, as transformações conceituais implicam em uma nova ordem de

pensamento sobre o espaço, porque redimensionam as categorias utilizadas para apreendê-lo. A superação da concepção de rural como mero espaço da atividade agrícola ou como área residual das cidades delimitadas administrativamente, são exemplos dessa nova ordem reflexiva sobre o rural. Também as considerações sobre o urbano passam a operar com significados diferenciados, para além do sentido de centro administrativo ou de aglomeração populacional. Dessa maneira, torna-se possível afirmar que rural e urbano se referem a conceitos de novos significados, o mesmo podendo aferir o entendimento das relações rurais-urbanas.

Evidentemente que não se trata de afirmar que a questão e a natureza das relações espaciais foi superada ou a discussão proposta pelos estudos clássicos se encontra comprometida. Ao contrário, a emergência de novos quadros explicativos não desconstruiu o que havia sido proposto, apesar de acrescida de inéditos complicadores. O que mudou de fato, de acordo com Teixeira (op.cit), foi o discurso sobre as especificidades dos modos de vida rural e urbano, bem como a noção de isolamento rural devido as possibilidades de mobilidade e acessibilidade com a maior oferta de serviços, informações e infra-estruturas.

Referências bibliográficas:

- BLUME, R. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1999.
- JOLLIVET, M. A “vocação atual” da Sociologia Rural. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura:** CPDA, Rio de Janeiro, n.11, p. 5-25, 1998.
- LARSON, O. Rural Society. In: **International encyclopaedia of the social science.** New York: MacMillan and Free Press, 1968.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.
- MENDRAS, H. **Princípios de sociologia:** uma iniciação à análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NEWBY, H. European social theory and the agrarian question: towards a sociology of agriculture. In: SUMMERS, G. F. **Technology and social changes in rural areas.** Boulder: Westview Press, 1983.
- PORTO, M.S.G.; SIQUEIRA, D.E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, M.S.G. (org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro:** dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Sociologia Rural:** textos básicos de ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- RIOS, J. A. O que é e como surgiu a Sociologia Rural. **Rev. Ciência e Trópico,** Recife, v. 1, n. 7, p. 85-103, 1979.
- SCHNEIDER, S. Da crise da Sociologia Rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexos a partir da experiência Norte-Americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.
- SOLARI, A. **Sociologia Rural latinoamericana.** Paidós: Buenos Aires, 1971.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. (Col. Estudos Rurais).

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. Transformações no espaço rural e a Geografia Rural: idéias para discussão. **Rev. de Geografia da UNESP**, Presidente Prudente, v. 14, p. 9-33, 1997.

YOUNGBLOOD, B. The status of rural sociological research in the state agricultural experiment stations. **Rural Sociology**: University of North Carolina, v. 14, n. 2, p. 111-117, 1949.